

MICROEMPREENDIMENTOS BALNEARES DO RAMO DE ALIMENTAÇÃO E O USO PÚBLICO EM RIOS ENCACHOEIRADOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DA BACIA DO RIO MACACU, CACHOEIRAS DE MACACU, RJ.

Carlos Eduardo dos Santos Diniz¹

Resumo

O aumento populacional e da demanda pela prática de esportes, turismo e o lazer na natureza têm promovido o debate em torno dos impactos do turismo de massa em áreas naturais protegidas e em comunidades receptoras. A pesquisa pretende caracterizar aspectos da oferta e demanda turísticas através da avaliação da percepção de agentes diretos do turismo, microempreendedores (bares e restaurantes) que dispõem de mão de obra familiar e fazem do contato direto com a natureza uma vantagem competitiva em relação à concorrência, explorando trechos de rios com piscinas ou poços naturais. Os resultados indicaram que, em sua maioria, os entrevistados têm experiência anterior em comércio, obras ou contato com público, pretendem permanecer na atividade, migraram de outros municípios e, que a localização e a demanda turística ocasionada pela singularidade dos atrativos ensejam a criação de microempreendimentos de forma intencional e não-intencional. Em conclusão, sugere-se que o planejamento turístico aproxime as instâncias de governança para proteger e utilizar melhor os espaços privados e públicos de lazer já disponíveis, evite a atuação isolada e a competição entre os agentes locais pela oferta dos mesmos produtos e serviços.

Palavras chave: Piscinas naturais, Percepção ambiental, Microempreendedorismo.

Summary

The population increase and the demand for sports, tourism and leisure in natural environments have promoted the debate on mass tourism impacts in protected natural areas and host communities. The research aims to characterize aspects of supply and tourist demand by assessing the perception of direct tourism agents, microentrepreneurs (bars and restaurants) that rely on family labor and make direct contact with nature a competitive advantage over the competition, exploring stretches of rivers with pools or natural wells. The results indicated that, in most cases, people interviewed, have previous experience in commerce, construction work or contact with the public, intend to stay in this activity, migrated from other municipalities, and that the location and tourist demand caused by the uniqueness of natural attractions were the reason for the creation of such microenterprises, both intentional and unintentional. As a result, it is suggested that the tourism planning approaches governance bodies to protect and for a better usage of already available private and public spaces for leisure, avoid isolated action and competition among local players by offering the same products and services.

Keywords: Natural pools, Environmental perception, Micro-entrepreneurship.

¹ Biólogo. Parque Estadual dos Três Picos/Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

E-mail: serradoluar@outlook.com, pesquisapetp@gmail.com

1) Introdução

1.1) Uso Público em Rios Encachoeirados e os Microempreendimentos Balneares

Cachoeiras de Macacu é uma importante área agrícola no Estado do Rio de Janeiro, possuindo localização estratégica para o abastecimento da região metropolitana (CAVALIN e MONTEIRO, 2012). Além disto, possui potencial para o desenvolvimento da atividade turística devido à presença de diversos atrativos de caráter natural, histórico-religiosos, culturais e arquitetônicos. Sua proximidade em relação a importantes centros urbanos, como Rio de Janeiro e Niterói, é outro fator que favorece não só um turismo de caráter regional, mas também nacional e internacional (MOURA *et al.*, 2009).

Entre os agentes diretos do Turismo escolhidos nesta amostra, para uma caracterização mais profunda da oferta turística, consideramos relevante abordar como funciona e se estrutura parte de um segmento essencial para a cadeia produtiva do Turismo e o Uso Público de rios encachoeirados, o ramo de alimentação. São microempreendimentos simples que oferecem bebidas, comidas e hospitalidade doméstica aos visitantes de “Balneários” localizados nos Rios Macacu e Boa Vista, em Cachoeiras de Macacu, interior do Estado do Rio de Janeiro.

Convém esclarecer que o termo “Balneário”, apesar de ser comumente relacionado ao turismo de praia ou em ambientes confinados, em Cachoeiras de Macacu é amplamente utilizado como sinônimo de piscinas e poços com água corrente natural, que proporcionam banhos refrescantes no verão, constituindo, portanto, uma prática social e de lazer que envolve oportunidades de pequenos e mesmo grandes negócios. Consultando a literatura sobre Turismo e dicionários, encontramos o significado de “Balneário” relacionado à imersão na água em ambientes confinados com águas quentes ou com propriedades terapêuticas, devido à presença de sais minerais ou elementos radioativos, onde os banhistas permanecem durante a maior parte do tempo na água, se aproximando do turismo do tipo “águas termais” ou “estâncias hidrominerais”.

Segundo Ruschmann (1997), o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes (p.27). Como agentes de desenvolvimento do turismo, consideram-se não apenas os responsáveis pela oferta turística (alojamentos, restaurantes, agentes/operadores, transportadores), mas também pelos turistas, pela população das localidades receptoras, pelo meio natural e sociocultural nos quais a atividade ocorre, e os responsáveis pela atratividade das destinações, além do Estado, sendo componentes altamente interdependentes, pois a falta ou o mau funcionamento de um deles pode inviabilizar a comercialização do produto (RUSCHMANN, 1997:22).

O Uso Público está associado ao processo de visitação de áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005, *apud* VALLEJO,

2013). O emprego da terminologia “uso público” na presente pesquisa admite a participação dos três grupos de atores: gestores, visitantes e prestadores de serviços como apresentados por Rodrigues (2009, *apud* VALLEJO, 2013), procurando destacar como ocorrem as relações entre os dois últimos em espaços privados e públicos construídos em zona urbana, antes da criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu. O grupo que abrange a prestação de serviços compreende os que promovem e/ou atuam na exploração do turismo através de agências, guias, meios de hospedagem, alimentação e comércio de produtos, pode acontecer através de iniciativas empresariais, pessoais e/ou via organização comunitária (VALLEJO, 2013).

Segundo Williamson (1989, *apud* GOMES, 2008) a racionalidade limitada é um comportamento intrínseco dos agentes; as transações entre os agentes em regiões turísticas é marcada pela *racionalidade limitada e incertezas*, isto é, os agentes tem a intenção de ser racionais mas, na prática, esta racionalidade é atingida apenas parcialmente atingindo uma racionalidade limitada, por haver conflito de interesses, desentendimentos que dificultam o estabelecimento de consensos. As incertezas são entendidas como primárias (políticas públicas, hábito dos consumidores e cultura da sociedade), secundárias (imprevisibilidade do tempo, falta de comunicação não intencional) e conducionalistas (falta de comunicação do tipo estratégica, oportunista). Os custos de transação correspondem às dificuldades administrativas para realizar as transações (MACHADO, 2000, *apud* GOMES, 2008), que podem ser interpretadas como as trocas de informações e serviços entre os agentes de uma cadeia produtiva; são os custos referentes ao funcionamento do sistema econômico, diferentemente dos custos de produção, dos quais se ocupou ultimamente a teoria econômica clássica (ARROW, 1969, *apud* GOMES, 2008:50-55).

Em diagnóstico sobre o espaço turístico em Cachoeiras de Macacu, Moura *et al* (2009) analisou o conteúdo do Plano Diretor, questionando a inserção de categorias que foram construídas coletivamente e incorporadas no zoneamento municipal, concluindo que não houve justificativas técnicas para a utilização do termo “pólo”, sendo dois os principais critérios que nortearam a definição de sua localização: 1) a identificação por parte dos participantes no processo de elaboração, de que nas áreas em que se estabeleceram os pólos turísticos já ocorriam visitas frequentes a determinados atrativos; 2) a percepção de que aqueles locais possuíam potencial para atividades relacionadas ao turismo. Assim, considera que é clara a intenção de se “concentrar nessas áreas”, ou seja, na concepção dos gestores municipais e dos demais colaboradores, o turismo deveria “girar em torno” desses “*pólos turísticos*” para que possa haver maior controle, fiscalização e monitoramento da atividade”. Outra justificativa seria a de “concentrar os impactos em locais específicos não havendo degradação em outras áreas, mesmo sabendo-se que há”. Em relação às “*áreas agroturísticas*”, a intenção foi de diversificar os produtos turísticos oferecidos. Outro fator que contribuiu para uma avaliação crítica foi que o Conselho Municipal de Turismo estava inoperante na época, evidenciando que gestores públicos e a iniciativa privada do município se encontravam totalmente desarticulados e que a situação prejudicava a atividade, dificultando a elaboração de produtos turísticos e a integração entre os serviços direcionados

aos turistas (MOURA *et. al.*, 2009:61). Atualmente houve uma reversão neste quadro, e o COMTUR está reativado há 1 ano e 6 meses segundo atual Presidente do COMTUR.

1.2) O Uso da Percepção na Abordagem Geográfica do Lazer e Recreação

No campo da Geografia, Barbière (1981) fez uma extensa revisão da literatura sobre a evolução do campo da “Geografia da Recreação”. O “lazer-recreação” estaria intrínseco ao modo de vida da sociedade contemporânea, e equivaleria a uma necessidade do indivíduo urbano. O autor diferencia duas “escolas”, uma “anglo-saxônica” (capitalista) e outra do “leste europeu” (socialista), identificando como precursoras as pesquisas de Cribier (*La géographie et la Recréation en Amérique Anglo-saxonne*, 1971) e o enfoque econômico de Clawson e Knetsch (*Economics of Outdoor Recreation*, 1966). Para Cribier este tipo de abordagem se interessa pelos espaços de recreação e todos os comportamentos espaciais ligados às atividades de lazer como migrações, moradia e escolha dos locais de residência. De uma Geografia Econômica de pequenas regiões e estudos dos recursos naturais, a Geografia da Recreação evoluiu para a análise dos sistemas espaciais e suas relações, em função da consciência que têm as pessoas dos fenômenos naturais e sociais, através da percepção e do comportamento (*apud* BARBIÈRE, 1981:147).

Aspectos subjetivos como beleza cênica e a sensação de bem-estar proporcionada pelo contato entre o corpo humano e o ambiente remetem a fenômenos físicos e psicológicos que envolvem grandezas naturais geralmente “sentidas” ou “percebidas” pelos órgãos de sentido, sendo bem descritas na Música e Literatura, porém, os aspectos sócio-culturais ou econômicos relacionados ao contato físico-sensorial com o ambiente natural são um tanto desprezados em pesquisas científicas. A sensação de alívio do calor proporcionada em contato com a água e a floresta, a contemplação da fauna, da flora e da paisagem completam a experiência do banho de rio, do ser e do estar na Floresta Atlântica.

Para Xavier (2007), são extremamente variadas as maneiras de as pessoas perceberem e avaliarem os espaços do turismo; por meio de informações e experiência, procura o homem conhecer os lugares, e apreende formas de ação para seu uso. Referenciando-se na abordagem cognitiva do comportamento humano, segundo Piaget (1951) e na percepção ambiental de Tuan (1980) que considera que a atitude assumida perante o mundo é formada pela longa sucessão de percepções e experiências (TUAN, 1980:1-20, *apud* XAVIER, 2007:33).

Nesta pesquisa pretendemos contribuir para relacionar a qualidade ambiental e a oferta turística destacando especificamente o uso de rios encachoeirados para fins balneários, através de uma abordagem qualitativa.

1.3) Objetivos

- 1.3.1) Avaliar as motivações e circunstâncias para o surgimento de microempreendimentos voltados ao lazer, alimentação e entretenimento em espaços privados e públicos sob influência do microclima fluvial e florestal;
- 1.3.2) Identificar a infraestrutura básica envolvida, as atividades atuais e potenciais na percepção de microempreendedores que dependem da conservação da qualidade do ambiente e da água como diferenciais para garantir a visitação pública;
- 1.3.3) Contribuir para uma melhor organização e inserção regional da cadeia produtiva local através da percepção de agentes diretos da hospitalidade, os microempreendedores do ramo de alimentação (bares e restaurantes).

2) Material e Métodos

Buscando enfatizar as dimensões subjetiva e cognitiva na percepção do fenômeno turístico, a metodologia adotada foi a Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1990), conduzida com técnicas de Observação Participante e Entrevistas com perguntas abertas seguindo um roteiro semi-estruturado.

Neste diagnóstico preliminar foram identificados oito (08) microempreendedores, no entanto um acabou de encerrar suas atividades, totalizando sete (07) estabelecimentos instalados em propriedades próximas ao Rio Macacu e seu afluente Boa Vista. Para a composição da amostra, consideramos como “Microempreendedores” aqueles que dispunham exclusivamente da força de trabalho da família e até dois colaboradores ou funcionários no momento da pesquisa. Qualificamos como “Balneares” aqueles microempreendimentos localizados estrategicamente em propriedades particulares ou pontos comerciais com acesso direto ao rio. Não houve escolha ou indicação por amizade ou afinidade, conhecimento ou relacionamento pessoal prévio ou profissional com qualquer dos entrevistados. Devido à falta de divulgação de telefones dos estabelecimentos e, mesmo à falta de cobertura da telefonia celular, a maioria das entrevistas ocorreu no primeiro contato com os microempreendedores, aproveitando dias de semana. Foi utilizado um gravador de áudio e seguido um roteiro com perguntas abertas sobre dados pessoais (*idade, local de nascimento, escolaridade, profissão, experiência anterior*), motivação para escolha do local e atividades, grau de participação social, pessoal ocupado, descrição de atividades, data de inauguração, estratégias de atração e divulgação, demanda turística, e impactos significativos de obras ou serviços públicos.

Foram realizadas medições de temperatura do ar e da água superficial do Rio Boa Vista com termômetro analógico marca Incoterm, modelo L-232/06, como uma forma de caracterizar a participação de variáveis físicas na configuração do microclima de áreas abertas e sombreadas por vegetação ciliar que predominam em grande parte de suas margens, onde os frequentadores costumam passar a maior parte do tempo durante a visitação.

2.1) Diagnóstico Socioambiental: Bacia do Rio Macacu, Regiões de Governo e Desenvolvimento Regional

O Estado do Rio de Janeiro está dividido em oito Regiões de Governo. Desde então, foram feitas algumas alterações tanto na denominação quanto na composição dessas Regiões. São elas: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.²

Ao nível da divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro, o território municipal de Cachoeiras de Macacu era inserido na Região das Baixadas Litorâneas, tendo sido reposicionado na Mesorregião Metropolitana. Na classificação do IBGE, cada Estado é subdividido em Mesorregiões e, em Microrregiões, dentre estas, localiza-se na Microrregião Macacu-Caceribu, na porção leste da Baía de Guanabara (Quadro I).

Quadro I - Dados populacionais e posição no ranking estadual no Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) e participação no repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico (ICMSeco) de parte dos Municípios integrantes da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro

Microrregião	Município	População (2010)	Área (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)	Ranking Estadual	
					IDHM (2010)	ICMS eco ³ (2016)
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu	54.273	953,26	57,04	58°	1°
	Itaboraí	218.008	423,95	514,42	62°	65°
	Niterói	487.562	136,37	3.573,56	1°	9°
	São Gonçalo	999.728	249,25	4.011,64	14°	43°
Rio de Janeiro	Guapimirim	51.483	363,25	141,74	59°	12°
	Rio de Janeiro	6.320.446	1.226,66	5.154,68	2°	19°

Fontes: IPEA; Sebrae/RJ ; SEA/RJ.

2.2) Caracterização da Área de Estudo

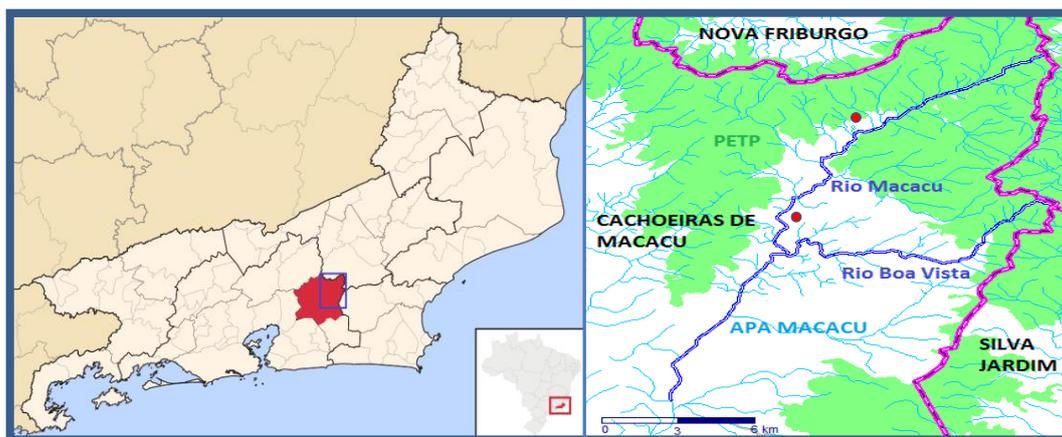
A bacia do rio Guapi-Macacu abrange uma área de aproximadamente 1.260 km², correspondente a quase um terço do total da área de contribuição à baía de Guanabara, sendo responsável pelo abastecimento de água de quase dois milhões de pessoas (BENAVIDES *et al*, 2009, apud PEDREIRA *et al*, 2011). Devido à grande importância no suprimento de água de grande parte dos municípios da porção leste da baía de Guanabara, a bacia Guapi-Macacu

² Fonte: Fundação CEPERJ, http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html. Acesso em 15/06/2016.

³ Os objetivos do ICMS Ecológico são **ressarcir** os municípios pela restrição ao uso de seu território, no caso de unidades de conservação da natureza e mananciais de abastecimento; e **recompensar** os municípios pelos investimentos ambientais realizados como no caso de estações de tratamento de esgoto e destinação de resíduos para aterros sanitários ou “controlados”.

é protegida por uma vasta rede de unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral que fazem parte do Mosaico do Corredor Central Fluminense. Toda essa região consiste em um eixo de fundamental importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Apesar disso, sofre forte pressão antrópica gerando degradação de algumas áreas, como a que ocorre, por exemplo, sobre a zona de mangue na APA de Guapimirim (PEDREIRA *et al.*, 2011).

Figura 1 - Localização das áreas de estudo em relação ao Brasil (menor), ao Estado do Rio de Janeiro (esq.), ao Parque Estadual dos Três Picos (PETP), à APA Macacu, e parte de Cachoeiras de Macacu e divisas (dir.).



Fonte: Google Imagens (esq.); Rodrigo Campos (GeoPETP/INEA) (dir.)

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Macacu⁴ é uma unidade de conservação criada em 2002, e compreende todos os terrenos situados numa faixa complementar de proteção com largura de 150 (cento e cinquenta) metros de ambas as margens em toda a extensão dos cursos de água, desde a sua nascente se estendendo até a APA Guapimirim, na sua desembocadura na Baía de Guanabara, trecho onde o rio Macacu é conhecido como Guapi/Macacu.

3) Resultados

Os resultados indicam que a percepção ambiental ocupou um papel central para a escolha da localização de moradia e do pequeno negócio. Na percepção dos microempreendedores, a interação entre fatores como beleza cênica, localização, hospitalidade e diversidade de opções de lazer e alimentação constituem vantagens competitivas do município e do próprio negócio em relação aos demais, sendo apontados a sazonalidade do fluxo de visitantes e a falta de investimentos do poder público no setor de

⁴ Criada pela Lei Estadual N°4.018/2002, que determinou providências para a defesa da qualidade da água. A APA foi criada para defesa das águas da bacia hidrográfica Guapi-Macacu por isto, seu nome é uma homenagem à bacia da qual faz parte. Embora tenha sido redigida com nome diferente, apenas bacia do rio Macacu.

turismo, como ordenamento, equipamentos urbanos, transporte público, pavimentação e coleta de resíduos nos rios e margens como as maiores dificuldades enfrentadas.

O Quadro II abaixo mostra os valores obtidos em medições da temperatura do ar e da água superficial do Rio Boa Vista no mês de junho, durante a estação mais fria, o inverno, entre o horário de 12h e 13h, período mais quente do dia, portanto. Em relação à caracterização térmica da água, pode ser classificada como água fria⁵.

Quadro II - Valores de temperatura ambiente e da água superficial (ao Sol e à sombra) do Rio Boa Vista, a 65 m, 105 m e 185 m de altitude, Cachoeiras de Macacu, RJ, entre 12h e 13h, em 06/06/2016.

Temperatura (°C)				Médias
Altitude (m)	65	105	185	
Ambiente (Sol)	27.0	27.6	30.2	28.2
Ambiente (sombra)	25.0	25.8	22.2	24.3
Água (Sol)	20.4	20.2	20.2	20.2
Água (sombra)	19.5	19.0	19.7	19.4

Os valores de temperatura atmosférica e da água superficial foram obtidos em altitudes crescentes no terço inferior do Rio (65, 105 e 185m) durante a estação mais fria (inverno) indicam porque, nos dias e horários mais quentes (verão), quando as temperaturas máximas superam a temperatura média do corpo humano de 36,5°C, a imersão em água natural corrente tem um efeito psicológico benéfico devido à sensação térmica provocada pelo resfriamento instantâneo da pele. Ainda que se considere haver aumento da temperatura da água superficial no verão, o fato é que a temperatura atmosférica nas cidades aumenta muito mais rápido ao longo do dia do que a temperatura da água natural corrente proveniente de nascentes situadas em altitudes superiores a 1.000m e ainda sombreadas pela floresta, garantindo assim um agradável choque térmico.

Após identificar oito (08) microempreendedores houve uma situação inesperada: um (01) estava encerrando suas atividades no dia do primeiro contato. Mesmo sendo um ponto comercial com boa infraestrutura e localização, apenas em mal estado de conservação, ativo durante seis (06) anos, o agente ser nascido em Cachoeiras de Macacu, ter 30 anos de experiência com bar, portanto muito conhecido, comentou que não estava suportando pagar R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) de aluguel pelo ponto comercial. Preferindo mudar a área de atuação temporariamente.

⁵ I - Fontes frias, quando sua temperatura for inferior a 25° C; II - Fontes hipotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 25 e 33° C; III - Fontes mesotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 33 e 36° C; IV - Fontes hipertermiais, quando sua temperatura for superior a 38°C. Art.36 do Decreto-Lei N° 7.841 de 08 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais)

Então o objeto da pesquisa compreende, em parte, a cognição e percepção de sete (07) microempreendedores, que foram analisados de acordo com as seguintes variáveis: Idade, Responsabilidade Compartilhada, Escolaridade, Local de Nascimento (Migrante ou não), Experiência anterior, Auto-Descrição, Pessoal Ocupado, Escolha do Local e da Atividade, Comunicação e Divulgação, Desempenho e Problemas da Oferta Turística.

a) Responsabilidade Compartilhada

Neste tipo de arranjo produtivo, que depende de ações externas e internas, predomina a responsabilidade compartilhada para divisão de tarefas relativas ao negócio. A conclusão das análises é de que, em parte, dentre os sete (07) entrevistados, três microempreendedores tem o negócio estabelecido na própria casa, compõem um arranjo mais ligado à alimentação, à hospitalidade gastronômica; dispõe de produtos para pronto consumo como bebidas, doces, balas, biscoitos, mas também atuam como restaurante ou mercearia/mini-mercado, atraindo e satisfazendo uma gama maior de clientes.

b) Escolha do Local e da Atividade

Como aspectos motivacionais para escolha do local e da atividade há traços psicológicos (percepção, cognição) e sociais (perfil empreendedor, trajetória de vida). A percepção está relacionada à oportunidade de estabelecimento integrada à criação de um negócio capaz de gerar sustentação financeira, mas também obter satisfação pessoal em compartilhar a experiência do lugar, das sensações de avistar animais, contemplar plantas, saciar a sede e a fome em um ambiente natural adaptado ao lazer da família, onde se possa deixar crianças brincarem sem preocupação; este “serviço oculto” do lugar como um diferencial emerge nas falas tanto de microempreendedores de balneários privados como nos da área pública.

A observação de campo evidenciou que as famílias trabalham estabelecendo tarefas ou papéis bem definidos em determinadas etapas do processo produtivo, geralmente a mulher na organização geral ou de eventos, e na cozinha, o marido geralmente com o balcão, compras e contas. A família com um ou mais filhos permite uma flexibilidade maior para o revezamento entre os membros (marido, esposa, filho), em horários ou dias da semana livres que, com apoio de colaboradores e outros prestadores de serviços, fazem compras, divulgam eventos, acomodam, preparam alimentos, pagam contas e atendem os clientes. Estão bem consolidados ou ainda em consolidação do negócio como Microempresas.

c) Análise do Nível de Escolaridade, Experiência Anterior, Local de Nascimento, Auto-descrição, Motivos para Escolha da Atividade e Data de Inauguração.

Entre os oito identificados neste diagnóstico preliminar nos Rios Macacu e Boa Vista, sete (07) são nascidos em outros municípios e um (01) em Cachoeiras de Macacu, sendo exatamente o que encerrou as atividades em maio de 2016. Portanto, dentre os sete (07) ativos

atualmente, três (03) são provenientes de outros estados da federação e quatro de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro (Quadro III).

Quadro III - Escolaridade, Experiência anterior, Local de Nascimento, Auto-descrição/Expediente, Escolha da Atividade, Data de Inauguração do Empreendimento.

Escolaridade	Experiência Anterior	Local de Nascimento	Auto-descrição / Expediente	Escolha da Atividade (intencional / não-intencional)	Inauguração
Superior (01)	Extensão rural, produção de carnes embutidas	Campos-RJ	“Balneário, indústria-escola, restaurante e lanchonete” / 2ª a dom.	Sim/Não	1986
Médio (06)	Obras, bar restaurante	Aracaju-SE;	“Restaurante-Bar, futura pousada, tem palco, banho de rio, refeições, petiscos, lanches, brinquedo infantil” / 2ª à dom.	Sim	2016
		Nova Rússia-CE	“Bar com sinuca, totó, tv plana, forró de 6ª à dom” / 4ª à dom.	Sim	2012
	Balconista	Cachoeiro de Itapemirim-ES	“Bar, caminhando para lanchonete” / 3ª à dom.	Sim	2015
	Servidor Público	Petrópolis-RJ	“Bar com petiscos” / 3ª à Dom.	Sim	2016
	Administrador	São Gonçalo-RJ	“Bar com mesas e cadeiras à beira rio, batata frita, calabresa, churrasquinho, sardinha, frios”. 2ª à dom.	Não	2006
	Jóias	São Gonçalo-RJ	“Bar-mercearia, com petiscos e congelados semi-prontos” / 2ª à dom.	Sim	1997

Considerando o nível de escolaridade, associado à trajetória de vida e origem geográfica dos entrevistados, entre os sete (07) entrevistados apenas um (01) possui nível superior, atuava inicialmente como extensionista rural em propriedades do interior do Rio de Janeiro e responsável técnico em preparação de carnes embutidas, atuando profissionalmente muito próximo do ramo de alimentação. Os outros seis (06) têm nível médio de escolaridade, mas com trajetórias de vida que os marcaram em relação a viagens ao exterior e/ou migração inter-regional, interestadual ou intermunicipal. Dois deles têm vasta experiência com obras e bar ou restaurante; a atuação e competência como construtores foi essencial para o recente estabelecimento destes dois microempreendedores, uma vez que economizam com o custo de mão de obra na implantação da infraestrutura. Dois viveram no grande centro urbano e, pelo convite de amigos ou parentes, conheceram os locais onde fixaram residência hoje como visitantes e banhistas nos anos 1980 e 1990. Trazem a experiência do estresse citadino, pois atuaram no comércio de jóias e administração junto a equipes, empresas, em longas jornadas

de trabalho. Os outros dois não têm a mesma experiência em comércio e gestão, vislumbraram a oportunidade de negócio em função da frequência de esportistas, caminhantes, banhistas no complexo de lazer público do Rio Boa Vista.

Em relação à intenção em abrir o negócio antes da posse do imóvel ou ponto comercial ou não, houve as escolhas **1) não-intencionais; 2) parcialmente intencionais e 3) intencionais**; quando o agente reside naquele que será seu futuro local de trabalho mas ele não percebe, de início, a vocação ou a singularidade da oportunidade de negócio, sua tomada de decisão é uma resposta à demanda local em busca de apoio para o lazer e a recreação aquática a qual ele não previu, não estava preparado; o segundo, quando o microempreendedor inicia uma atividade comercial mas a demanda dos visitantes é por necessidades básicas que ele não previu, não se planejou para prestar este serviço, não apenas bebidas ou carnes defumadas mas, principalmente, refeições completas, e assim vai se adaptando à partir de pedidos dos clientes; e, no terceiro grupo, quando o agente busca segurança através da compra de um ponto comercial bem consolidado, ao invés de alugar, ou reduz o custo de implantação quando o próprio agente planeja e constrói todas as instalações, faz reparos, ou concilia ambas estratégias com integrando trabalho em casa, hospedagem e gastronomia.

d) Análise dos Meios de Comunicação e Divulgação, Desempenho e Oferta Turística

Foram registrados os principais meios de comunicação pessoal e divulgação do negócio, aspectos organizacionais como as estratégias junto a fornecedores, estoques, atratividade do público, interesse em cursos específicos. No *cluster* de bares do Balneário Boa Vista, foi mencionado o interesse em cursos de gestão de negócios e gastronomia. Para caracterizar os aspectos externos ao microempreendimento, era questionado como avaliavam a participação de fatores que tivessem impacto significativo no negócio, como a infraestrutura básica, rede viária, obras ou serviços públicos. As recomendações dos microempreendedores para o aperfeiçoamento da Oferta Turística em Cachoeiras de Macacu, depois de transcritas integralmente, foram agrupadas de acordo com a frequência em que foram enunciadas nas entrevistas. Os microempreendedores que atuam no Bairro Boa Vista teceram críticas à Prefeitura quanto à falta de pavimentação e conservação dos acessos principais, desde contentores de lixo adequados, falta de regularidade na limpeza, conservação da estrutura de vestiário, campo de futebol, refletores, gramado, brinquedos infantis, além do ordenamento em dias de grande fluxo de visitantes gerando problemas como som automotivo e descarte de lixo em margem de rios.

Quadro IV - Meios de Contato, Estratégias de Divulgação, Avaliação do Desempenho e Problemas da Oferta Turística

Entrevistado	Meios de Contato	Estratégias de Divulgação	Avaliação do Desempenho	Problemas da Oferta Turística
1	telefone fixo, celular	Placa na rodovia e no local, revistas de turismo, encartes de gastronomia, cursos de defumação de carnes	Consolidado, associado a pousada, manutenção da estrutura e serviços, aceita cartão de crédito	falta de mentalidade empresarial e baixa procura por parcerias de produtores artesanais, artistas produtores de eventos locais
2	Facebook, Whatsapp	Placa na rodovia	Em implantação, está construindo pousada, vai diversificar os serviços, como aceitar cartão	acesso esburacado, falta de incentivos, investimentos e materiais de divulgação
3	Telefone fixo, Celular	Facebook, Placas em vias secundárias	Consolidado, pretende oferecer hospedagem ou espaço para festas, não aceita cartão	ausência de estrutura para o turismo e turistas; falta de opções de entretenimento e alimentação à noite na sede do município
4	Whatsapp	Propaganda natural	Consolidado, manutenção da estrutura e serviços, não pretende aceitar cartão de crédito	acesso esburacado, proteção do lixo de cães e cavalos, quebra de garrafas de vidro no rio, atraso na coleta de óleo de fritura, iluminação pública, falta de mototaxi e mais transporte público.
5	Whatsapp	Facebook, propaganda natural	Em implantação, pretende decorar, oferecer lanches, aceitar cartão de crédito	Falta de capital próprio, margem de lucro pequena sem poder comprar mercadoria no atacado
6	Whatsapp	Facebook, propaganda natural, carro de som, torneios de futebol	Em implantação, pretende regularizar música ao vivo, aceitar cartão de crédito	Atraso na coleta de óleo de fritura, falta de ordenamento, brinquedos infantis, iluminação pública
7	Facebook, Whatsapp	Roda de samba com feijoada	Em implantação, pretende oferecer caldos, aceitar cartão de crédito	interdição do Clube por ruído, perdendo para outros distritos com menos controle de poluição sonora

4) Conclusões

A ocupação urbana encravada entre encostas e margens de rios permitiu a instalação de equipamentos como espaços privados e públicos de lazer com algumas opções de alimentação nos chamados “balneários”. Estes atraem muito público na alta temporada (verão), ensejando o microempreendedorismo, ficando relativamente subutilizados durante a maior parte do ano em meses mais frios.

Propomos a extensão do conceito de “água hidrotermal” também para o uso em contato primário com a água em temperaturas mais frias do que a temperatura média de 36,5°C do corpo humano, uma vez que o fluxo de água corrente retira o calor e gera sensação de bem estar procurada pelos banhistas. Este episódio pode ser melhor divulgado em campanhas publicitárias que podem promover a cidade em mercados consumidores específicos, porém somente após a dotação de infraestrutura sanitária e de melhores equipamentos urbanos como mobiliário, sinalização turística e paisagismo em áreas públicas.

A concentração da visitação em locais de fácil acesso para automóveis contribui indiretamente para um melhor estado de conservação da vegetação ciliar em altitudes maiores. No entanto, a adoção de medidas de controle para a mitigação de impactos onde há concentração excessiva de usuários regulares e visitantes tem estimulado o fluxo de automóveis e a dispersão para áreas mais bem conservadas das proximidades, criando um círculo vicioso de difícil interrupção.

Atualmente, atividade como pecuária e bananicultura à montante vem ocasionando significativas perdas de solo, aumentando o assoreamento no terço inferior do Rio BoaVista, comprometendo a sustentabilidade ambiental do atrativo. É recomendável um redimensionamento da área pública de lazer, buscando oferecer mais conforto, segurança e atrativos, induzindo a uma *clusterização*, um conjunto de microempreendimento inter-relacionados e interdependentes, diversificando produtos e serviços, atraindo velhos e novos frequentadores e aumentar o tempo de permanência. Apesar do ganho coletivo com a implantação da área de lazer, a recuperação alguma vegetação ciliar com objetivo de diminuir o carreamento de solo e o assoreamento da “piscina natural”. A substituição de faixas de vegetação ciliar por campo de futebol gramado, canteiros, pista de skate, brinquedo infantil, além da implantação de estruturas de alvenaria convencional em quiosques e vestiário gera despesas de difícil custeio por parte do poder público sem a de adequada realização de concessões à iniciativa privada.

Em relação ao Rio Macacu, tem grande procura por visitantes, a floresta de encosta apresenta um contínuo florestal bem conservado, garantindo uma mata ciliar mais densa na maioria do trecho urbano e, alguns trechos por estarem dentro de propriedades particulares tem um acesso mais controlado, contribuindo para conservá-los limpos pelo menos.

O desafio será superar a racionalidade limitada e o oportunismo entre os agentes locais e de municípios vizinhos; implementar parcerias público-privadas, criar novas rotas e produtos turísticos, caminhadas de longo percurso, mirantes com vista panorâmica; sinalizar trilhas para cumes de montanhas; reduzir a “insularização” através de formas alternativas de interação e comunicação que reúnem moradores interessados, empreendedores, educadores, artistas, desportistas, produtores culturais, gestores e prestadores de serviços; diminuir a dependência da condição meteorológica e dos meses mais quentes do ano.

A permanência de um relativo distanciamento entre o poder público e a iniciativa privada, associada à falta de investimentos em infraestrutura, revitalização e proteção

(controle de acesso) aumentam as oportunidades para a subutilização e depredação de bens públicos, inibe iniciativas valiosas de potenciais microempreendedores locais para diversificar a oferta de alimentação e entretenimento gerando trabalho, renda, benefícios diretos e indiretos.

Agradecimentos

A todos os entrevistados da iniciativa privada e da Prefeitura Municipal que interromperam suas rotinas para lembrar, ouvir e falar sobre o passado, o presente, e pensar o futuro da atividade turística em Cachoeiras de Macacu.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à memória do casal Aline Germano de Moraes e Wellington Lyra “Jesus”, falecidos em acidente de trânsito em 1º de abril de 2016, com 28 e 32 anos de idade respectivamente. Ambos nascidos em Cachoeiras de Macacu, cursaram Turismo e Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), respectivamente. Retornando para sua cidade natal, atuaram sistematicamente na educação social e intercultural, buscando a valorização e reconhecimento dos cultos afro-brasileiros, da cultura popular e arte urbana, promovendo articulações entre instituições e protagonistas dos movimentos negro, indígena, cultural e ambiental ao nível local e regional. Escreviam poesias, realizavam intervenções como pinturas coloridas sobre figuras do Folclore em postes e muros esmaecidos da cidade, produziam materiais de divulgação como vídeos, folders, ímãs de geladeira, além de entrevistas com moradores antigos e um livro de poesias. Entre os principais projetos em que se engajaram destacamos o Museu da Umbanda e Ubirajara Muniz, Espaço Sagrado (ecumenismo), EcoMuseu do Valério e o Projeto Memórias, através de sua microempresa, a Jequitibá Produções. Recentemente, instalaram um Albergue/Residência Artística para hospedar viajantes e atrair artistas para a cidade. Partiram ainda jovens, tendo muito a contribuir para o desenvolvimento humano e cultural.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, V. Z. et al. **Plano de Manejo APA da Bacia do Rio Macacu**. Projeto Entre Serras e Águas, Instituto Bioatlântica, 2009. Encarte 1. Disponível em: >
https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//6659_20091117_095645.pdf
< Acesso em 12/05/2016.
- BARBIÉRE, E.B. **O fator climático nos sistemas territoriais de recreação**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.43, n.2, p.145-265, 1981.
- BENI, M.C. **Um outro turismo é possível? – a recriação de uma nova ética**. In: Um outro turismo é possível. Gastal, S.; Moesch, M.M., (orgs.) – São Paulo: Contexto, 2004.
- BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 8ª ed., 1990.

CABRAL, D. de C. e FISZON, J.T. **Padrões Sócioespaciais de desflorestamento e suas implicações para a fragmentação florestal: estudo de caso na Bacia do Rio Macacu.** *Scientia Forestalis* – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), n.66, 2004. Disponível em: < <http://www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr66/cap01.pdf> > Acesso em 12/07/2016.

CAVALIN, M.O., MONTEIRO, J.M.G. **Produção Agrícola em Zona de Amortecimento do Parque Estadual Três Picos – Conflitos e Alternativas.** In: Anais do II Encontro Científico do Parque Estadual dos Três Picos, Cachoeiras de Macacu, 25 e 26/10/2012. Disponível em: < http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/dgfs/mdex/~edisp/producao_portal011871.pdf . > Acesso em 06/07/2016.

GOMES, B. **Políticas públicas e as transações em regiões turísticas.** São Paulo: Allprint, 2008.

IGNARRA, R. L. **Fundamentos do turismo.** São Paulo : Pioneira, 1999.

PEDREIRA, B. da C.C.G.*et al.* **Áreas Prioritárias para Recuperação na Região da Bacia Hidrográfica do Rio GuapiMacacu, RJ.** Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2011. Disponível em: < <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77820/1/BPD-191-Recuperacao-Guapi.pdf> . Acesso em 05/06/2016.>

RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

VALLEJO, L.R. **Uso Público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão.** Anais Uso Público em Unidades de Conservação. N.1, V.1, Niterói, UFF. Disponível em: < http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo_OL_2.pdf . > Acesso em 15/05/2016.

WILKINSON, J. *et al.* **Caracterização socioeconômica das bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu** — Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2012. 160 p. Disponível em: < <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/107015/1/DOC-149-Socioeconomia-Guapi-Macacu.pdf> > Acesso em 06/06/2016.